



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

**Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.**

**O processo de estágio supervisionado em instituições públicas e privadas de Belém-Pará**

**Silvana Alves da Silva<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo principal analisar como se dar o processo de estágio supervisionado em Serviço Social em instituições públicas e privadas de Belém do Pará nas diferentes modalidades de ensino, a partir da fala do discente/estagiário e do supervisor de campo, além de identificar fragilidades e potencialidades na execução do estágio supervisionado em tais instituições e, demonstrar em que medida a organização do estágio supervisionado nas diferentes instituições de ensino está em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS e com a resolução 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.  
**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado; formação profissional, Serviço Social.

**The Process of supervised internship in public and private institutions of Belém-Pará**

**Abstract:** The present study had as main objective to analyze how to give the process of supervised internship in Social Work in public and private institutions of Belém do Pará in the different modalities of teaching, from the speech of the student / trainee and the field supervisor, besides To identify weaknesses and potentialities in the execution of the supervised internship in such institutions and to demonstrate to what extent the organization of the supervised internship in the different educational institutions is in accordance with the Curricular Guidelines of the Social Work Course, with the National Traineeship Policy of ABEPSS and With resolution 533/2008 that regulates the direct supervision of internship in Social Work.

**Keywords:** supervised internship; professional qualification; social work.

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo com o título “SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O processo de estágio supervisionado em instituições públicas e privadas de Belém-Pará” é resultado do plano de trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS) da Universidade Federal do Pará. Objetivou analisar como se dar o processo de estágio supervisionado em Serviço Social em instituições públicas e privadas de Belém do Pará a partir da fala dos atores sociais envolvidos nesse processo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: <alvessilvana33@gmail.com>

Guerra (2016) afirma que embora todos os requisitos curriculares tenham a sua importância e maneira de desenvolver as capacidades necessárias ao futuro profissional, entende-se que o estágio supervisionado detém o potencial de permitir ao estudante como sujeito desse processo, receber o impulso da própria realidade. (GUERRA. 2016. p. 105). Para Lewgoy (2013) o estágio supervisionado, neste sentido, é capaz de articular formação e exercício profissionais, abarcando a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, constituindo a dinâmica da relação entre teoria e realidade. Desta forma, oportuniza aos alunos experiências com situações reais de trabalho nos campos de estágio, entendidos como sínteses de múltiplas determinações e de diversas relações.

Neste sentido o estágio tem potencial como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite o desenvolvimento de todas as dimensões da profissão e a articulação em volta de um perfil profissional crítico. (GUERRA, 2016, p. 101)

Entretanto, como afirma Silva (1995), a formação profissional deve ser entendida como um processo dialético que acaba por incorporar as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade. Com esse entendimento, discutir formação profissional implica acompanhar o movimento da sociedade e a trajetória histórica do próprio Serviço Social, buscando entender os condicionamentos que a sociedade impõe sobre a prática profissional.

É desta forma que se procura neste estudo identificar fragilidades e potencialidades na execução do estágio nas diferentes IES e demonstrar em que medida a organização desse processo de formação está em consonância com as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (PNE) e com a resolução 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Os instrumentos acima supracitados expressam, sobretudo, o horizonte de que formação se deseja. Ainda que num contexto adverso eles indicam a possibilidade de criar estratégias de enfrentamento e respostas concretas de defesa do ensino de qualidade. (SANTOS; ABREU, 2012, p. 78)

Neste trabalho, buscou-se perceber o movimento do objeto de estudo numa perspectiva crítico-dialética, ou seja, na perspectiva marxista, através da pesquisa qualitativa, por conta de se abarcar não somente o sistema de relações que constrói o

modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significados. (Minayo, 1996, p.11) Considerando, dessa forma, que uma das dimensões da totalidade é a interpretação que os sujeitos dão às suas ações em dada realidade e contexto social. (BOURGUIGNON, 2005. P. 51)

Definiram-se como sujeitos da pesquisa os discentes-estagiários e os supervisores de campo. Sendo 3 estagiários: um da instituição de ensino pública presencial, um da instituição de ensino privada presencial e um da instituição de ensino privada semipresencial e 2 supervisores de campo: um formado por instituição de ensino pública presencial e um formado por instituição de ensino privada presencial, totalizando 5 sujeitos. Ressalta-se aqui a dificuldade de encontrar supervisor de campo formado por instituição de ensino privada semipresencial que acordasse em dar a entrevista.

Vale, também, esclarecer que os supervisores acadêmicos, embora sejam sujeitos envolvidos no processo da atividade de estágio supervisionado, serão entrevistados na próxima etapa da pesquisa por conta das problemáticas que foram encontradas para a realização das nove entrevistas, tais como: o atraso no repasse de verba da bolsa pela instituição financiadora que desestabilizou muitos estudantes-pesquisadores, o movimento de ocupação da Universidade onde se desenvolve o grupo de pesquisa, e a dificuldade de agendar as entrevistas com os supervisores acadêmicos por conta da carga horária despendida a eles em outras atividades.

Os dados obtidos foram sistematizados através de análise de conteúdo que permite análise através de categorias constantes nas entrevistas. As entrevistas foram transcritas e sistematizadas, buscando-se os núcleos de significados expressos nas falas dos diferentes sujeitos com as categorias analíticas norteadoras.

A aproximação aos sujeitos que participaram da pesquisa se fez através da busca da compreensão de suas experiências, do conhecimento gerado a partir dessas experiências e da sua vivência cotidiana, que, tomados em relação ao objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações sejam elas de natureza econômica, social, política ou cultural. (BOURGUIGNON, 2005. P. 51)

Por questões éticas de preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa seus nomes não serão divulgados. Para identificação dos sujeitos eles foram nomeados da seguinte forma: ESTAGIÁRIA 1 é a discente de instituição privada semipresencial

(EaD), ESTAGIÁRIA 2 é a discente de instituição privada presencial e ESTAGIÁRIA 3 é a discente de instituição pública presencial. As assistentes sociais supervisoras de campo serão chamadas de AS1 E AS2, sendo a AS1 formada por unidade de ensino pública presencial e a AS2 formada por unidade de ensino privada presencial.

## **DESENVOLVIMENTO**

A Política Nacional de Estágio (PNE) define-se em argumento forte contra a banalização e precarização da formação profissional, já que os cursos de ensino à distância, mais do que as outras modalidades de ensino, encontram bastante dificuldade para por em prática o estágio com qualidade, tal como é colocado pela PNE (BEHRING, 2014) e regulamentado pela resolução 533/2008 do CFESS que dispõe sobre a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Neste sentido, um dos grandes desafios hoje para a formação profissional em Serviço Social é garantir ao estudante de graduação um Estágio supervisionado da forma como pressupõe as Diretrizes Curriculares, a Política Nacional de estágio supervisionado da ABEPSS e a resolução 533/2008 que regulamenta a supervisão de estágio no Serviço Social.

O estágio supervisionado é aí definido como atividade obrigatória do currículo que se realiza através da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional com o objetivo de lhe capacitar para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão deve ser feita pelo supervisor acadêmico e de campo, através de exercícios como a reflexão, acompanhamento e sistematização com base no plano de trabalho que deve ser elaborado em conjunto com a Instituição de ensino e com a Instituição campo de estágio, tendo por base a Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/93) e o Código de ética da profissão de 1993. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.71).

Essa concepção de estágio proposta pelas Diretrizes Curriculares serve de referência ao debate na formação profissional e deve fundamentá-lo.

Daí que se reafirma, no processo de realização dos debates coletivos para a construção da PNE que os princípios que devem nortear a realização do estágio no Serviço Social são aqueles contidos no Código de ética do assistente social e que expressam o direcionamento ético-político do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, tendo como valor ético central a defesa da liberdade.

De acordo com Guerra (2016) existem indicadores de possibilidades e limites do exercício e das diversas competências que cabem ao profissional, uma vez que os espaços profissionais se constituem espaços plenos de contradição, como: a mediação do assalariamento, as condições de trabalho do assistente social, que não são distintas daquelas que se submetem os demais trabalhadores, suas formas precarizadas e informais de contratação, a extensão da sua carga horária, os processos de desregulamentação, intensificação, informatização, etc.

Dáí o potencial didático-pedagógico do estágio, haja vista que esse processo se realiza nas mesmas condições e relações que condicionam os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Não se trata, pois, como coloca Guerra (2016), de representá-lo no âmbito ideal, mas de captar, no âmbito real, as suas contradições, bem como as contradições colocadas na política social que mediatiza o exercício profissional e a situação da formação profissional que incide na constituição de um determinado perfil profissional.

Assim sendo, acredita-se que os sujeitos do estudo em questão, são significativos, e suas falas baseadas em suas experiências e vivência cotidiana do estágio, expressam a voz de tantos outros que estão inseridos como atores sociais nesse mesmo processo de formação.

Com relação à supervisão de campo e acadêmica, a PNE afirma, como já colocado acima, a sua indissociabilidade, ou seja, uma não pode se realizar sem a outra; uma não é mais importante que a outra; ambas são correlatas. Precisam ocorrer de forma autoimplicada, tendo em vista que o estágio não se configura em uma atividade complementar para a formação, mas central, uma vez que permite a convergência e o desvelamento dos diversos conteúdos aprendidos em sala de aula que, infelizmente e muitas vezes, são ministrados de maneira distante da realidade e desconectados dela. Desta maneira, segundo Ortiz (2010), o estágio aproxima os alunos do caráter interventivo da profissão, desnudando suas dificuldades, dilemas e contradições cotidianas.

Para Lewgoy (2009) a supervisão de estágio, como uma instância da formação profissional, é parte da história da profissão e, também de grande relevância para o aprendizado do aluno no exercício das atribuições outorgadas aos assistentes sociais. Existe, desta maneira, a necessidade de se reforçar que a supervisão, enquanto uma

modalidade de intervenção profissional, não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes ético-filosóficos e políticos. GUERRA, 2005, p. 152)

No que tange à supervisão de estágio, a ESTAGIÁRIA 1 relatou sobre a dificuldade da instituição semipresencial em dar suporte para o supervisor acadêmico, no caso, o tutor de sala, nomeação utilizada na instituição, para a realização das visitas ao espaço campo de estágio do aluno.

A nossa supervisão acadêmica tá deixando muito a desejar. Não estou falando mal, mas é o meu desgosto com a faculdade [...] no meu primeiro estágio, essas 150 horas eles não foram nenhuma vez no campo de estágio. (ESTAGIÁRIA 1)

Verifica-se que, na realização do estágio, ocorreu o descumprimento do que é preconizado pela Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo.

A mesma ainda afirmou que alguns tutores responsáveis pela supervisão acadêmica, na luta pela realização da visita ao campo de estágio do aluno, foram demitidos. É importante, também, observar o compromisso e posicionamento da supervisora de campo da estagiária que se recusou a assinar a documentação de estágio enquanto não ocorresse uma visita do supervisor acadêmico ao campo.

No meu segundo estágio a supervisora acadêmica bateu de frente, brigou com a Instituição por essa visita porque eles não queriam oferecer e a minha supervisora de campo não assinou a minha documentação até a supervisora acadêmica ir nos visitar. (ESTAGIÁRIA 1)

No que se refere à supervisão sistemática no processo de estágio da ESTAGIÁRIA 2, da Instituição privada presencial, a mesma afirma não ter encontrado dificuldades nesse processo, haja vista que o seu estágio obrigatório foi realizado em um projeto de extensão dentro da instituição de ensino da qual ela era discente.

Os supervisores conseguiam se reunir e em alguns momentos eles tinham uma reunião com todos nós. Na visita do supervisor acadêmico ao campo de estágio tinha aquela reunião com todos nós pra ver “o que vocês estão aprendendo?”, “ Qual é a dificuldade?”Então, assim, em nenhum momento eu me senti abandonada, né”? Eu me senti realmente assistida e supervisionada como realmente deve ser. Infelizmente não é a realidade que a gente encontra de um todo. Talvez tenha sido um benefício por ser um projeto de extensão, por tá dentro da universidade e isso possa facilitar. (ESTAGIÁRIA 2)

Acredita-se que a particularidade da discente-estagiária colaborou bastante para que essa supervisão ocorresse da forma como pressupõe as legislações pertinentes ao estágio.

À vista disso, afirma-se na PNE que o Estágio em Extensão, nos cursos de Serviço Social, historicamente é desenvolvido como estratégia de aproximação da academia com a realidade social. Buscando nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversos, comumente envolvendo atividades de ensino e pesquisa. No caso específico da formação dos assistentes sociais, essa tem sido representativa no chamado ensino da prática e do desenvolvimento de metodologias participativas no processo de intervenção e investigação no Serviço Social. As atividades extensionistas contribuem ainda para dar maior flexibilidade e dinamicidade aos currículos (conforme Diretrizes Curriculares), com a prestação de serviços de excelência e do seu contato direto com a sociedade por meio dos núcleos temáticos de pesquisa e extensão. (ABEPSS, 2009, p. 38)

Já no caso da ESTAGIÁRIA 3, da instituição pública presencial, é colocado que a visita ao campo por parte da supervisora acadêmica não ocorreu. A ESTAGIÁRIA 3 expõe que a supervisora de campo trabalhava em dois horários e a supervisora acadêmica exercia várias atividades, sendo desta forma, muito difícil a realização da supervisão sistemática.

[...] A minha supervisora acadêmica era uma professora extremamente atribulada, a gente só via ela em sala de aula porque fora disso ela tem muitas atividades [...] A minha supervisora de campo é uma pessoa extremamente ocupada. Ela tem dois empregos. Então era difícil encontrar um tempo para ambas se encontrarem e acertarem as coisas. Então, não tinha condições mesmo. (ESTAGIÁRIA 3)

Essa fala é significativa por demonstrar que a sobrecarga de trabalho para os dois supervisores também tem forte impacto sobre a qualidade do processo de supervisão, haja vista que, quando muito atarefados, os supervisores possuem dificuldade de se dedicarem à supervisão. Além disso, em muitas instituições, tanto públicas, como privadas o cotidiano dos docentes é de muito desgaste físico e excesso de trabalho, fato que dificulta a indissociabilidade entre a supervisão de campo e a acadêmica. (ORTIZ, 2014, PÁG. 213).

Segundo Ramos (2009), a dificuldade de se viabilizar a supervisão, tão como é colocada nos documentos normativos do estágio, é apontada como recorrente por docentes e discentes de unidades de ensino de todas as regiões. Além de ser percebida na fala das ESTAGIÁRIA 1 e 3. Tal dificuldade sinaliza, como a autora supracitada coloca, os rebatimentos estruturais e conjunturais do processo de acumulação do capital \_ através

de uma lógica de atendimento às novas requisições do mundo do trabalho \_ no desenvolvimento da formação profissional, sobretudo na atividade de estágio.

Entretanto, segundo a fala da ESTAGIÁRIA 3, as supervisoras procuraram alternativas, para de alguma forma, realizarem o acompanhamento em conjunto.

A supervisora de campo passava alguns e-mails, eu não sei quantos ao certo, mas ela passou. Na última declaração de estágio ela mandou um e-mail para a professora falando a meu respeito, dizendo o quanto foi bom o processo de aprendizagem e tal, e infelizmente não teve o encontro, mas eu acho que elas conseguiram, de alguma maneira ter essa conversa entre elas, ter essa troca. (ESTAGIÁRIA 3)

Não se pode desconsiderar que algumas estratégias devem ser adotadas pelos atores sociais desse processo considerando que muitas das vezes existem obstáculos que colaboram para que não ocorra esse encontro entre supervisor de campo, acadêmico e estagiário. Desta forma, Lewgoy (2013) ressalta que é importante que se problematize o processo de supervisão do estágio supervisionado, mas que se considerem as particularidades dos diferentes sujeitos envolvidos.

No que concerne a essa discussão a AS1, formada por instituição pública presencial, mencionou a existência da supervisão sistemática, afirmando que a relação com os supervisores acadêmicos foram satisfatórias no que diz respeito a novas indagações e questionamentos que surgiam nas reuniões, além de colaborar para a ampliação do seu olhar sobre a pesquisa

Em contraste a este discurso, a AS2, formada por instituição privada presencial, enfatiza o fato de não ocorrer, como deveria, a supervisão em conjunto com os supervisores acadêmicos. Ela ressalta que, as três estagiárias que ela já supervisionou, contando com a estagiária atual, eram alunas do ensino privado, sendo uma da modalidade EaD. Das instituições às quais as estagiárias pertenciam apenas duas proporcionaram visita ao campo por parte do supervisor acadêmico. Sendo essa visita realizada apenas uma vez.

Com entusiasmo na fala a AS2 mencionou ainda a felicidade de ter sido convidada, por uma supervisora acadêmica de instituição privada presencial, para participar do fórum de estágio supervisionado da unidade de ensino.

[...] a própria universidade organizou um Fórum de Estágio lá dentro pra debater os assuntos do estágio [...] E assim, eu acho isso um grande avanço porque a gente entende que o contingente de alunos de instituições, que no caso o professor acadêmico tem que visitar, ele é exorbitante e muita das vezes ele não tem condições, até pelo trabalho da docência, a carga horária da docência, às vezes tem universidade que não

tem nem condição estrutural, o mínimo de condição estrutural para que o professor vá até o campo fazer a supervisão. (AS2)

Essa fala marca uma das indicações importantes por parte da PNE que diz respeito à criação e fortalecimento do Fórum de Supervisores, já que as questões do estágio têm suscitado um amplo debate em todo o país envolvendo os sujeitos envolvidos. Este mecanismo de articulação tem se constituído como uma das estratégias utilizadas pelas diversas unidades de ensino. A incorporação dessa estratégia vem com o objetivo de reunir docentes e profissionais e estudantes em torno das questões do estágio, tal como uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre o tema, bem como a garantia de elaboração de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social. (ABEPSS, 2009. P. 35)

Quando questionadas a respeito de como se deu a articulação da instituição de ensino com a instituição campo de estágio a ESTAGIÁRIA 1 e ESTAGIÁRIA 3 afirmaram ter acontecido o convênio, por iniciativa da unidade de ensino por parte da coordenação acadêmica. Já, segundo a ESTAGIÁRIA 2, a mesma já se encontrava no Projeto de Extensão em que realizou o estágio obrigatório quando precisou cumprir a carga horária da atividade. Como o projeto era da própria universidade em que a discente estudava, não houve dificuldades no que tange esse assunto.

Na fala da AS1 essa articulação entre universidade e campo de estágio não ocorreu porque o aluno já se encontrava no estágio quando precisou cumprir a carga horária e a instituição já possuía convênio com a Coordenação de Estágio. Já a AS2 coloca que as estagiárias que chegam para realizar a atividade só são encaminhadas depois do processo de fechamento do convênio entre as secretarias responsáveis pela instituição sócio-ocupacional e a instituição campo de ensino. Entretanto, ela expôs que várias vezes ocorreram de chegarem alunos do Ensino à Distância solicitando realizar a atividade do estágio sem o convênio entre as instituições e sem o conhecimento de que essa é uma atribuição da Coordenação de Estágio da instituição de Ensino.

O único entrave que eu encontrei foi com uma universidade particular à distância, em que não foi a universidade que foi até a secretaria pra buscar o vínculo, o contrato de estágio, foi o próprio aluno. Então assim, nessa universidade é comum isso acontecer, o próprio aluno vai atrás da instituição que ele quer estagiar. Então assim, o que acontece: Além de ser ilegal, as legislações que regem a nossa formação profissional elas não aceitam isso. Elas dizem que a universidade tem que fechar um convênio com a instituição, não é o aluno que tem que ir atrás. A universidade tem que disponibilizar o estágio para eles porque é um componente da formação profissional, ou seja, é uma atribuição da universidade. (AS2)

Cabe aqui colocar que além das atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de estágio, a PNE elenca as atribuições da Coordenação de Estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as instituições de ensino possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Sendo de responsabilidade dessa Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, tendo como uma de suas atribuições, estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidades de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio. (ABEPSS, 2009, p. 24)

Uma das questões levantada pelos sujeitos foi o processo de ensino-aprendizagem entre supervisor de campo e estagiário no estágio supervisionado. Sendo o estágio considerado um espaço de ensino-aprendizagem, momento de vivenciar a reflexão, o questionamento e de incorporar a teoria numa dimensão pedagógica, tal como é colocado por Lewgoy (2009):

É um espaço do qual supervisor e supervisionado se beneficiam por experienciarem um ambiente educacional por excelência. O supervisor tem oportunidade de adquirir novos conhecimentos e inteirar-se com competência e atualidade e o supervisionado tem a oportunidade de refletir a prática e se beneficiar pela experiência do supervisor. Ambos estão comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem. (LEWGOY, 2009, p. 133)

Para a autora, a finalidade de visualizar o processo de ensino aprendizagem remete às distintas formas concebidas historicamente por qual já passou o estágio em Serviço Social, como o ensinar a fazer, o aprender-a-fazer e o ensino aprendizagem. Sendo importante, desta forma, pensar sobre o significado de ensinar e de aprender atribuído pelos sujeitos e as perspectivas que daí se delineiam. As estagiárias que tocaram nessa discussão foram a ESTAGIÁRIA 2 e ESTAGIÁRIA 3:

[...] Dentro do espaço onde eu estagiei eu tive essa possibilidade de trazer novas ideias, de ter um diálogo com o meu supervisor. Então, isso foi de uma forma muito enriquecedora. (ESTAGIÁRIA 2)

[...]Então, ela me permitia, entendeu? Ela abria o espaço pra mim e foi muito legal, justamente, essa troca dela perguntar o que eu estava lendo e ela me indicar leitura, sabe? Então, foi extremamente pra mim isso. Sou muito grata á ela, inclusive [...]. (ESTAGIÁRIA 3)

Segundo a fala da ESTAGIÁRIA 1 o processo de estágio supervisionado estava ligado com o fato da sua supervisora de campo ensinar e ela aprender, não sendo visto na sua fala a existência de uma relação de ensino-aprendizagem.

No que cabe às supervisoras de campo, pode-se perceber que elas prezam em estabelecer essa relação quando ambas afirmam que gostam de indicar leituras, perguntar sobre o que o estagiário está estudando e ressaltam que aprendem bastante no processo de supervisão, além de considerar uma forma de educação continuada.

Tanto os discentes de instituições presenciais quanto os assistentes sociais supervisores de campo expressaram essa visão sobre o processo de estágio, entendendo que lhes permite discutir e retomar questões da sua formação. Permitindo, dessa maneira, a reflexão sobre formação profissional e sobre a unidade teoria-prática no cotidiano da instituição.

Assim sendo, o estagiário está em processo de formação e seu estágio não pode ser confundido com treinamento. Da mesma maneira há que se ampliar a compreensão de que o supervisor é responsável pelo treinamento. Ele é muito mais que isso, ele desempenha uma função pedagógica (socioeducativa e informativa), ele é responsável profissional do estudante. Há que se ter um quadro de referência teórica para pensar a prática social e a intervenção profissional dentro dele. É necessário ainda que se reforcem as potencialidades do estágio como espaço de reflexão sobre o contexto socioinstitucional, sobre a problemática de intervenção. O conhecimento dessa problemática possibilitará a descoberta de estratégias e táticas técnico-políticas de ação profissional e dom instrumental estratégico para o alcance das finalidades. (GUERRA, 2005, p. 152)

Destaca-se, desta forma, o princípio da unidade teoria-prática, na medida em que o estágio, como atividade acadêmica, evidencia esta unidade como processo dialético entre dimensões que não se equalizam, mas são indissociáveis. A fala da ESTAGIÁRIA 1 se contrapõe a essa afirmação:

[...] a gente realmente só começa a conhecer o Serviço Social quando a gente pratica. Tudo é visto em sala de aula, a gente tem o projeto ético-político, a gente tem as três dimensões. Então, tudo isso é debatido em sala de aula, nem sempre, como eu te falei, a gente leva para a prática. (ESTAGIÁRIA 1)

Em relação a essa discussão, nota-se a expressão da suposta dicotomia entre teoria e prática, muito presente entre os (as) estudantes, especialmente os que estão no estágio. (RAMOS, 2009, p.29)

Entretanto, os outros sujeitos da pesquisa afirmaram reconhecer que essa unidade, mesmo sendo de difícil entendimento a princípio para os estagiários, pode ser observada

no processo de formação profissional, no cotidiano da instituição quando se consegue fazer a análise crítica da sociedade e das inflexões que ocorrem no mundo do trabalho e nas suas relações. Desta forma, Guerra (2012) aponta a consideração de que existe uma relação intrínseca entre a dinâmica do cotidiano e uma modalidade de intervenção que requisita ações instrumentais. Para a autora:

A dinâmica, as requisições e as condições objetivas sobre as quais a intervenção se realiza não são as mais adequadas à reflexão, a partir do que muitos profissionais se limitam a apenas realizar suas tarefas. Mas o cotidiano profissional também não facilita a percepção das demais dimensões da profissão. Tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social. (GUERRA, 2012, p. 46)

No que diz respeito à teoria e prática, Kameyama (1989) afirma que sobre esse aspecto o que existe é a unidade e não a articulação. Existe hoje na formação profissional uma preocupação com a articulação teoria e prática, quando não se trata da articulação, mas da unidade indissolúvel entre teoria e prática. Deste modo, é imprescindível que o estagiário consiga ter essa compreensão e que o estágio supervisionado lhe possibilite uma apreensão da realidade de maneira crítica.

Por meio dos relatos pode-se perceber que apesar dos discentes-estagiários e assistentes sociais supervisores de campo vivenciarem realidades diferentes, em distintas instituições de ensino e unidade campo de estágio, eles sofrem cotidianamente os rebatimentos das inflexões que ocorreram nas últimas décadas sobre o mundo do trabalho, das relações de trabalho e da forma como a educação vem sendo colocada: mercantilizada e cada vez mais aligeirada para atender aos interesses do mercado. É preciso levar em consideração a trajetória de formação profissional desses sujeitos e o que a realidade coloca para eles.

Todas as falas apresentadas trouxeram elementos que permitiram uma aproximação a respeito das diversas determinações que constituem o processo de estágio supervisionado, contribuindo para a discussão da temática e possibilitando ampliar o olhar a respeito de como é vivenciado esse processo pelos sujeitos que nele estão inseridos e como a categoria, junto com as entidades representativas da profissão, devem lutar para que o estágio supervisionado possa ocorrer da forma como é colocado pelos instrumentos normativos que o regem, mostrando que as questões aqui colocadas baseiam-se na preocupação existente quanto ao perfil de formação profissional é proporcionado pelas instituições de ensino em suas diferentes modalidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, um dos grandes desafios para a formação profissional de qualidade em Serviço Social é a oferta do estágio supervisionado da forma como é explicitado nas Diretrizes Curriculares, na Política Nacional de Estágio Supervisionado da ABEPSS e na resolução 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Sendo o estagio supervisionado componente essencial e central no processo de formação profissional dos assistentes sociais, é necessário que o mesmo seja ofertado pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas, da maneira como é defendido por essas legislações, por se acreditar que elas sinalizam um processo de formação profissional de qualidade, haja vista, que se baseiam no Código de Ética do assistente social de 1993 e na Lei de Regulamentação da profissão do mesmo ano.

Pensar sobre os desafios contemporâneos que dificultam a materialização dessas legislações no processo de estágio também demanda a necessidade de se refletir sobre as formas reificadas que transformam o processo educacional em mera mercadoria, bem como as estratégias que precisamos adotar para a consolidação do projeto ético-político. Entre tais estratégias, reforça-se a necessidade de implementação dessas legislações, em particular ao que concerne ao estágio supervisionado, na articulação entre formação e exercício profissional. (LEWGOY, 2013, p. 65)

É importante também que o processo de estágio supervisionado ofereça ao discente a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que seja ofertada uma sólida qualificação profissional. Além desse conjunto de condições, é necessário que as instituições reconheçam que o estagiário é um sujeito inserido em um processo de formação profissional e possibilitem sua inserção de forma ética e totalizadora no espaço em questão para o indispensável processo de capacitação profissional.

Nesse sentido, os fatos expostos demonstram que se faz necessário a continuação da articulação e organização política da categoria e de suas entidades para que seja garantida aos estudantes de serviço social uma formação profissional crítica de forma qualificada e responsável com a qualidade do processo formativo que disponibilize para a sociedade profissionais que defendam o projeto ético-político e de sociedade da categoria. (CFESS, 2014, PÁG.35)

## Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional.** Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. **Temporalis**, Brasília, ano 1, n17, jan./jul.2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996.

BEHRING, E. R. Abepss 2009-2010: Estágio, Pesquisa e Consolidação Institucional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.81-98, jul./dez.2011.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** Tese (Doutorado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CEOLIN, G.F.; Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc**, n. 118, São Paulo, abr./jun. 2014. 239-264 p.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n. 533**, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Cartilha Meia Formação Não Garante um Direito. O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social.** Brasília (DF), 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Cartilha Sobre a Incompatibilidade entre a Graduação à Distância e Serviço Social.** Brasília (DF), 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Lei n. 8.662**, de 07 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social.** Juiz de Fora: UFJF, p. 39-120, 2012.

GUERRA, Y. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Katálysis**, Santa Catarina, vol.8, n.2, p. 147-154, jul./dez.2005.

GUERRA, Y. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. A supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social. **Ser Social**, Brasília (DF), n. 6. p.43-77, jan./jun.2000.

KAMEYAMA, N. Concepção de teoria e metodologia. **Caderno ABESS**, São Paulo, Cortez, n. 3, 1989.

LEWGOY, A. M. B. O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n.25, p. 63-90, jan./jun.2013.

LEWGOY, A. M. B. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em Serviço Social: Desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. **Temporalis**, Brasília (DF), ano IX, n.17, p. 39-60, 2009.

MENEZES, M.T; LUSTOSA, M.G. **Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo, 1996. p. 269.

NETTO, J.P. Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano XVII, n.50, abr.1996.

ORTIZ, F.G. A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: avanços e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n.27, p.203-219, jan./jun. 2014.

PORTELLI, A. **História oral como gênero.** São Paulo: Jun, 2001.

RAMOS. S.R. A Prática na Formação profissional em Serviço Social: tendências e dificuldades. **Temporalis**, Brasília (DF), ano IX, n.17, 2009.

RAMOS. S.R. As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio: Fundamentos, polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 9, n.17, p. 21-37, 2009